

CIDADES

Igeprev: advogado recebe fortuna enquanto aposentados aguardam retroativo

Extractos do Portal da Transparência apontam que os repasses, realizados de 2021 a 2024 somam 28 milhões e foram destinados ao Escritório Fernando Mendes Sociedade Individual, pertencente ao advogado de mesmo nome, que é irmão do atual gestor do Instituto, Giussepp Mendes.



Redação 5 de maio de 2024



Foto Divulgação

COMPARTILHAR



PRÓXIMO



Mais de 60m³ de madeira illegal são apreendidos em Cachoeira do Piriá e Marabá

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Pará (Igeprev), antigo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, de gestão do **Giussepp Mendes**, está sob crítica após revelações de uma série de repasses financeiros totalizando R\$ 28 milhões a um único escritório de advocacia. Os repasses, realizados de 2021 a 2024, foram destinados ao Escritório Fernando Mendes Sociedade Individual, pertencente ao advogado de mesmo nome, que é irmão do atual gestor do Instituto, **Giussepp Mendes**.

Os dados dos repasses estão documentados no Portal da Transparência, abrangendo os anos mencionados. Somente nos primeiros quatro meses de 2024, o Igeprev desembolsou R\$ 602 mil ao referido escritório. O caso, inicialmente trazido à luz pelo deputado **Rogério Barra** (PL), em pronunciamento na Assembleia Legislativa na última terça-feira (30), parece não ter despertado a atenção dos órgãos de fiscalização até o momento.

Enquanto isso, 51 servidores aposentados da Polícia Civil do Pará enfrentam uma espera angustiante por respostas e se deparam com a morosidade da Justiça em relação aos pagamentos retroativos devidos pela nova administração do Instituto. Desde o início de 2022, esses servidores têm buscado uma resolução junto ao Ministério Público Estadual.

As queixas dos servidores remontam à falta de pagamento das 24 parcelas retroativas determinadas pelo Acórdão número 0013729-62.2009.8.14.0301, emitido pelos desembargadores Constantino Augusto Guerreiro e Roberto Gonçalves de Moura. A situação é agravada pela constatação de que apenas uma parcela do valor devido foi repassada a 260 servidores inativos da Polícia Civil.

O Sindpol, órgão representativo dos policiais civis, também está envolvido na controvérsia. Segundo relatos, a entidade contratou advogados cujos honorários, calculados em 25% dos valores retroativos não pagos, foram descontados dos servidores, mesmo sem uma resolução definitiva do problema.

Diante da gravidade das alegações, os servidores decidiram levar o caso não apenas ao Ministério Público, mas também à Delegacia Geral de Polícia Civil, solicitando uma investigação sobre possíveis irregularidades cometidas pelo Instituto e pelo próprio sindicato.

Até o momento, os servidores continuam aguardando por uma resposta das autoridades competentes, enquanto enfrentam as consequências financeiras e emocionais dessa situação delicada.

Estado do Pará Online com informações do Portal Olavo Dutra